

STN - Sistema de
Transmissão
Nordeste S.A

**Demonstrações contábeis
regulatórias em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	11



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, conselheiros e diretores da

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (“Companhia” ou “STN”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Administração da STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (Companhia) a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Demonstrações financeiras societárias

A STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (“Companhia”) preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 12 de março de 2018.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 27 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC PE-000904/F-7



João Alberto da Silva Neto

Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo			
<u>Ativo Circulante</u>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.2	22.171	17.357
Concessionárias e Permissionárias	5	19.833	19.484
Serviços em Curso		3.240	2.846
Tributos Compensáveis		4.807	3.932
Despesas Pagas Antecipadamente		29	27
Outros Ativos Circulantes		642	688
<u>Ativo Não Circulante</u>			
Concessionárias e Permissionárias	5	767	767
Depósitos Judiciais e Cauções		587	16
Outros Ativos Não Circulantes		734	27
Participações Societárias Permanentes			
Imobilizado	6.1	380.703	393.803
Intangível	6.2	3.208	3.209
Total do Ativo		<u>436.721</u>	<u>442.156</u>
	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivo			
<u>Passivo Circulante</u>			
Fornecedores		679	660
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7.1	45.855	46.061
Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.071	1.881
Tributos		4.757	3.856
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		21.674	19.418
Encargos Setoriais		4.110	3.298
Outros Passivos Circulantes		5.442	6.627
<u>Passivo Não Circulante</u>			
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7.1	140.862	185.926
Provisão para Litígios	8	876	876
Tributos diferidos		647	-
Outros Passivos Não Circulantes		1.684	6.424
Total do Passivo		<u>227.657</u>	<u>275.027</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Social	9.1	318.040	302.419
Reservas de Lucros	9.2	(108.976)	(135.290)
Total do Patrimônio Líquido		<u>209.064</u>	<u>167.129</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>436.721</u>	<u>442.156</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A

Demonstração dos resultados

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	10	178.848	168.686
Serviços Cobráveis		645	368
Outras Receitas Vinculadas		1.236	1.153
(-) Parcela Variável		(3.340)	(127)
Tributos			
PIS-PASEP		(1.012)	(1.115)
Cofins		(4.672)	(5.145)
ISS			
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.682)	(1.578)
Reserva Global de Reversão - RGR		(4.383)	(4.217)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(701)	(675)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		164.939	157.350
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	11	(9.296)	(9.795)
Material		(693)	(563)
Serviços de Terceiros		(7.781)	(7.769)
Arrendamento e Aluguéis		(572)	(560)
Seguros		(104)	(106)
Doações, Contribuições e Subvenções		(968)	(790)
Tributos		(95)	(91)
Depreciação e Amortização		(13.886)	(13.930)
Outras Receitas Operacionais		-	40
Outras Despesas Operacionais		(25)	(20)
Resultado da Atividade		131.519	123.766
Equivalência Patrimonial			
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(19.195)	(29.485)
Receitas Financeiras		2.337	2.972
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		114.661	97.253
Despesa com Impostos sobre o Lucro	12	(8.419)	(5.831)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		106.242	91.422
Resultado Líquido do Exercício		106.242	91.422
Atribuível Aos:			
Acionistas Controladores		106.242	91.422
Acionistas Não Controladores		-	-
Lucro Por Ação			
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		536,575758	461,727273
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		536,575758	461,727273

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Resultado do Exercício		106.242	91.422
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos		-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos		<u>106.242</u>	<u>91.422</u>
Atribuível Aos:			
Acionistas Controladores		106.242	91.422

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucro	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	283.030	(117.936)	-	165.094
Aumento de Capital Social	19.389	(19.389)	-	-
Incentivos Fiscais		15.621	(15.621)	-
Dividendos Adicionais Aprovados		(69.969)	-	(69.969)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício			91.422	91.422
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal		4.089	(4.089)	-
Dividendos		-	(19.418)	(19.418)
Reserva para Investimentos		52.294	(52.294)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	302.419	(135.290)	-	167.129
Remuneração das Imobilizações em Curso				-
Aumento de Capital Social	15.621	(15.621)	-	-
Incentivos Fiscais		18.018	(18.018)	-
Dividendos Adicionais Aprovados		(42.633)	-	(42.633)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício			106.242	106.242
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal		4.563	(4.563)	-
Dividendos		-	(21.674)	(21.674)
Reserva para Investimentos		61.987	(61.987)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	318.040	(108.976)	-	209.064

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A
 Demonstração do fluxo de caixa
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Exercício		106.242	91.422
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa			
Amortização		4	39
Depreciação		13.882	13.891
Ganhos / Baixas Líquidos de Imobilizado e Intangível		392	1.372
Imposto de Renda e Contribuição Social		8.419	5.831
Juros e Variações Monetárias		16.386	26.121
Outros			(99)
		145.325	138.577
Redução (Aumento) de Ativos			
Concessionários		(349)	(1.837)
Depósitos Vinculados a Litígios		(571)	3.056
Serviços em curso		(394)	3.522
Outros		44	946
		(1.270)	5.687
Aumento (Redução) de Passivos			
Encargos Setoriais		812	(2.707)
Fornecedores Setoriais		19	(152)
Salários e Encargos Sociais		(810)	(9)
Tributos e Contribuição Social		(1.171)	(364)
Outros		(2.185)	(2.058)
		(3.335)	(5.290)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Encargos de Dívidas Pagos		(19.656)	(26.338)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(9.024)	(9.173)
		112.040	103.463
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Imobilizado	5.1	(1.173)	(2.184)
Intangível	5.2	(3)	(30)
		(1.176)	(2.214)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e Financiamentos Pagos		(44.000)	(31.111)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos		(62.050)	(85.432)
		(106.050)	(116.543)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DECAIXA			
		4.814	(15.294)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício		17.357	32.651
No fim do exercício		22.171	17.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (“STN” ou “Companhia”) foi constituída em 27 de outubro de 2003 como sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Recife na Praça Dr. Fernando Figueira, nº 30, sala 1103, Estado de Pernambuco, com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia entrou em operação comercial em 1º de janeiro de 2006.

Os serviços de operação do sistema de transmissão e manutenção dos sistemas de proteção são realizados pela CHESF, sob a supervisão e fiscalização da STN, enquanto os serviços de manutenção dos sistemas elétricos são realizados diretamente pela Companhia.

2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A (a “Companhia” ou “STN”) está autorizada a cobrar a Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta rede básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado livre acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do poder concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Estas demonstrações são separadas das Demonstrações Financeiras Societárias da Companhia uma vez que o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) especificam tratamentos ou divulgações alternativas em determinados aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias estão detalhadas em Notas Explicativas.

A partir de 2015, uma das alterações requeridas pelo novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 605 de 11 de março de 2014, referiu-se à preparação pelos agentes do Setor Elétrico de Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas pelos mesmos auditores independentes das Demonstrações Financeiras Societárias.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração da Companhia em 27 de abril de 2018.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis regulatórias.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Principais práticas contábeis regulatórias

Ativos financeiros: São reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são classificados em “valor justo por meio do resultado”, enquanto as contas a receber do ativo financeiro são classificadas como “empréstimos e recebíveis”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo órgão regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no manual de contabilidade do setor elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum ativo qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam

indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

Passivos financeiros: A Companhia classifica fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures como outros passivos financeiros, sendo estes reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.

Instrumentos financeiros – apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

Provisões para contingências: As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

Tributação

Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;

Imposto de renda e contribuição social:

- *Correntes*

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia é calculado pelo regime de lucro real.

A Companhia possui o direito de usufruir do incentivo fiscal aprovado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) pelo prazo de até 31 de dezembro de 2025, concedido por meio do Laudo Constitutivo nº 0138/2016, que estabelece uma redução de 75% do Imposto de Renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

Para o usufruto de tal benefício se faz necessário encaminhar o referido laudo para a Receita Federal do Brasil (RFB), o que foi regularmente feito, contudo, esta negou o reconhecimento alegando que a Companhia estaria sem certidão de regularidade fiscal no momento da análise do pedido. Todavia, (a) a negativa da RFB extrapola o prazo limite de 120 dias contados do

protocolo do recurso, em 29 de novembro de 2016, assinalado nos §1 e §2 do art. 60 da IN SRF 267/02; (b) o art. 124 da IN SRF 267/02, prevê que a regularidade fiscal apenas é exigível no momento da apresentação do pedido; e, (c) a RFB realizou lançamento indevido na análise de estimativas mensais de IRPJ e CSLL. No entendimento da Administração da Companhia, amparada por seus assessores jurídicos, sendo certo que estes argumentos acima elencados estão presentes, de maneira mais detalhada, no recurso administrativo apresentado perante a RFB e que, portanto, apesar dos equívocos cometidos pela RFB a Companhia tem direito a usufruir do referido benefício.

- *Diferidos*

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

- **Receita anual permitida (RAP)**

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no contrato de concessão e resoluções homologatórias da ANEEL.

- **Receita de juros**

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

5 Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

Composição das Contas a Receber

D E S C R I Ç Ã O - R\$ Mil	VALORES CORRENTES						Provisão p/ Devedores Duvidosos	TOTAL 2017	TOTAL 2016
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA						
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Encargos de Uso da Rede Elétrica	18.751	-	160	38	326	558	767	20.600	20.251
TOTAL	18.751	-	160	38	326	558	767	20.600	20.251

6 Imobilizado

- 6.1 A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Transmissão	529.122	-	-	54	-	529.176	54	(159.626)	369.550	383.377
Terrenos	88	-	-	-	-	88	-	-	88	88
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	696	-	-	-	-	696	-	(276)	420	448
Máquinas e Equipamentos	526.702	-	-	-	-	526.702	-	(158.332)	368.370	382.011
Veículos	920	-	-	-	-	920	-	(492)	428	587
Móveis e Utensílios	716	-	-	54	-	770	54	(526)	244	243
Subtotal	529.122	-	-	54	-	529.176	54	(159.626)	369.550	383.377

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Transmissão	10.426	1.174	(393)	(54)	-	11.153	727	-	11.153	10.426
Máquinas e Equipamentos	1.952	16	-	-	-	1.968	16	-	1.968	1.952
Outros	8.474	1.158	(393)	(54)	-	9.185	711	-	9.185	8.474
Subtotal	10.426	1.174	(393)	(54)	-	11.153	727	-	11.153	10.426
Total do Ativo Imobilizado	539.548	1.174	(393)	-	-	540.329	781	(159.626)	380.703	393.803

6.2 A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Ativo Intangível em Serviço										
Transmissão	1.929	-	-	6	-	1.935	6	(632)	1.303	1.301
Servidões	1.285					1.285	-	-	1.285	1.285
Softwares	644			6		650	6	(632)	18	16
Subtotal	1.929	-	-	6	-	1.935	6	(632)	1.303	1.301
Ativo Intangível em Curso										
Administração	1.908	3	-	(6)	-	1.905	(3)	-	1.905	1.908
Servidões	1.795	-				1.795	-	-	1.795	1.795
Outros	113	3	-	(6)		110	(3)		110	113
Subtotal	1.908	3	-	(6)	-	1.905	(3)	-	1.905	1.908
Total do Ativo Intangível	3.837	3	-	-	-	3.840	3	(632)	3.208	3.209

6.3 As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2017			2016
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão		529.176	(159.626)	369.550	383.377
Custo Histórico	2,77%	529.176	(159.626)	369.550	383.377
		529.176	(159.626)	369.550	383.377
Em Curso - R\$ Mil					
Transmissão	0,00%	11.153	-	11.153	10.426
		11.153	-	11.153	10.426
		540.329	(159.626)	380.703	393.803

6.4 A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	15	-	-	15
Material em Depósito	1.108	-	-	1.108
Outros	50	-	-	50
Total das Adições	1.173	-	-	1.173

- **6.5 As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL n°. 474 de 2012 são as seguintes:**

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,50
Equipamento geral	10,00
Estrutura do sistema	2,50
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n°. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

• **6.6 As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado e intangível em serviço no exercício foram:**

Descrição do bem	Valor
1. Aquisição de 4 Nobreaks	15
2. Aquisição de 3 Impressoras	13
3. Aquisição de Notebook Avell Titanium	8
4. Aquisição Microcomputador Portatil Dell Inspiron	5
5. Aquisição de Microcomputador	4
6. Aquisição de Ar Condicionado	3
7. Aquisição de Microcomputador	3
8. Wimpro 10 Sngl Olp NI Legalizatlicsion Get Genuine	3
9. Compra de Licença de Proteção	3
10. Aquisição Scanner Usb	1
Total	58

• **6.7 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:**

Não ocorreram baixas e/ou vendas no ativo imobilizado, no exercício d 2017.

7 Empréstimos e financiamentos

7.1 Abertura do endividamento - R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
																2019	2020	2021	2022	2023	2023+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-
Linha 01 (informar instituição ou linha)																						
Linha 02																						
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	790	45.065	140.862	186.717												46.231	41.535	18.253	13.495	14.374	6.974	140.862
Banco do Nordeste	76	21.416	99.342	120.834	não	jun-06	não há	não há	0,00%	28/01/18	mensal	28/01/18	25/06/24	mensal	outro	22.534	23.712	18.253	13.495	14.374	6.974	99.342
Itaú Unibanco	714	23.649	41.520	65.983	não	ago-14	outras	outro	0,00%	07/02/18	trimestral	07/02/18	07/08/20	trimestral	outro	23.697	17.823					41.520
Total por Dívida	790	45.065	140.862	186.717												46.231	41.535	18.253	13.495	14.374	6.974	140.862
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	790	45.065	140.862	186.717												46.231	41.535	18.253	13.495	14.374	6.974	140.862

7.2 Abertura dos ativos financeiros – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
Ativos Financeiros	-	14.287	7.884	22.171
Caixa e Aplicações Financeiras	-	14.287	7.884	22.171
Saldo Final de Caixa - Conta 111		4.041	-	4.041
Aplic. Financ. CDB		9.985	-	9.985
Aplic. Financ. Fundos DI		261	7.884	8.145

7.3 Composição do endividamento e dívida líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2017	Total 2016
(+) Dívida Bruta	790	45.065	140.862	186.717	263.315
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	790	45.065	140.862	186.717	263.315
(-) Ativos Financeiros	-	(22.171)	-	(22.171)	(32.651)
Alta Liquidez	-	(22.171)	-	(22.171)	(32.651)
(+) Dívida Líquida I	790	723	140.862	142.375	198.013
(+) Dívida Líquida II	790	723	140.862	142.375	198.013

8 Provisões para litígios

A provisão refere-se a ocorrência do dia 10/06/2014, com desligamento da LT Sobral III – Pecem II 05V6 C2, com a classificação feita pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que indicava a possível cobrança de parcela variável, foi contestada pela Companhia com a apresentação de um relatório técnico que ainda está em análise pelo ONS.

9 Patrimônio líquido

9.1 Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 318.040 (R\$ 302.419 em 2016) representado por 198.000 ações ordinárias sem valor nominal.

Acionistas	Número de ações em milhares			
	Ordinárias	%	Total	%
Alupar Investimentos S.A	100.981	51,00	100.981	51,00
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A	97.019	49,00	97.019	49,00
			-	
	<u>198.000</u>	<u>100,00</u>	<u>198.000</u>	<u>100,00</u>

9.2 Reservas de lucros

	31/12/2017	31/12/2016
Reserva legal	43.165	38.602
Reserva especial para incentivos fiscais	18.018	15.621
Outras	(170.159)	(189.513)
	<u>(108.976)</u>	<u>(135.290)</u>

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivo fiscal: A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na região Nordeste e que atuam no setor de Infraestrutura reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, de acordo com o art. 23 do Decreto Lei nº 756/69 e demais alterações da legislação sobre o assunto. Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$ 18.018 (R\$ 15.621 em 2016) relativo ao incentivo fiscal SUDENE, o qual foi calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando-se a redução de 75%, no imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

Outras: Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei.

10 Receita operacional bruta

Receita Bruta	R\$ Mil	
	31/12/2017	31/12/2016
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	175.508	168.559
Total	175.508	168.559

11 Pessoal e administradores

	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	(7.199)	(7.299)
Remuneração	(4.007)	(4.052)
Encargos	(1.534)	(1.535)
Previdência privada	(48)	(37)
Assistência médica	(782)	(618)
Despesas rescisórias	(30)	(19)
Participação nos Lucros e Resultados (PLR)	(368)	(708)
Outros	(430)	(330)
Administradores	(2.097)	(2.496)
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(1.810)	(1.689)
Benefícios dos administradores	(287)	807
Total	(9.296)	(9.795)

12 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	114.661	97.253
Imposto de renda e contribuição social calculados	34%	34%
Efeitos fiscais sobre:	38.985	33.066
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	(18.018)	(15.621)
Lei Rouanet / Esporte / FIA	(880)	(700)
Outros	(11.668)	(10.914)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	8.419	5.831

13 Demonstrações do resultado do exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

14 Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo órgão regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	Notas	31/12/2017			31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
<u>Ativo Circulante</u>							
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.2	22.171	-	22.171	17.357	-	17.357
Concessionárias e Permissionárias		19.833	-	19.833	19.484	-	19.484
Serviços em Curso		3.240	-	3.240	2.846	-	2.846
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	177.404	177.404	-	173.093	173.093
Tributos Compensáveis		4.807	1.999	6.806	3.932	2.000	5.932
Despesas Pagas Antecipadamente		29	-	29	27	-	27
Outros Ativos Circulantes		642	-	642	688	-	688
<u>Ativo Não Circulante</u>							
Concessionárias e Permissionárias	5	767	-	767	767	-	767
Depósitos Judiciais e Cauções		587	-	587	16	-	16
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	495.580	495.580	-	514.263	514.263
Outros Ativos Não Circulantes		734	(707)	27	27	-	27
Participações Societárias Permanentes		-	-	-	-	-	-
Imobilizado	6.1	380.703	(380.429)	274	393.803	(393.529)	274
Intangível	6.2	3.208	(3.042)	166	3.209	(3.042)	167
Total do Ativo		436.721	290.805	727.526	442.156	292.785	734.941

	Notas	31/12/2017			31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							(reapresentado)
<u>Passivo Circulante</u>							
Fornecedores		679	-	679	660	-	660
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7.1	45.855	-	45.855	46.061	-	46.061
Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.071	-	1.071	1.881	-	1.881
Tributos		4.757	(551)	4.206	3.856	(480)	3.376
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		21.674	-	21.674	19.418	-	19.418
Encargos Setoriais		4.110	-	4.110	3.298	-	3.298
Outros Passivos Circulantes		5.442	(4.747)	695	6.627	(6.011)	616
<u>Passivo Não Circulante</u>							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7.1	140.862	-	140.862	185.926	-	185.926
Provisão para Litígios	8	876	-	876	876	-	876
Tributos Diferidos		647	78.567	79.214	-	71.497	71.497
Outros Passivos Não Circulantes		1.684	(767)	917	6.424	(5.507)	917
Total do Passivo		227.657	72.502	300.159	275.027	59.499	334.526
Patrimônio Líquido							
Capital Social	9.1	318.040	-	318.040	302.419	-	302.419
Reservas de Lucros	9.2	(108.976)	218.303	109.327	(135.290)	233.286	97.996
Total do Patrimônio Líquido		209.064	218.303	427.367	167.129	233.286	400.415
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		436.721	290.805	727.526	442.156	292.785	734.941

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2017

Notas	31/12/2017			31/12/2016			
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	
Operações em Continuidade							
Receita / Ingresso							
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	10	178.848	(178.848)	-	168.686	(168.686)	-
Serviços Cobráveis		645	-	645	368	-	368
Outras Receitas Vinculadas		1.236	-	1.236	1.153	-	1.153
Receita de Operação e Manutenção		-	19.534	19.534	-	19.693	19.693
Receita de Implantação de Infraestrutura		-	781	781	-	752	752
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão		-	134.179	134.179	-	149.905	149.905
(-) Parcela Variável		(3.340)	3.340	-	(127)	127	-
Tributos							
PIS-PASEP		(1.012)	-	(1.012)	(1.115)	-	(1.115)
Cofins		(4.672)	-	(4.672)	(5.145)	-	(5.145)
Encargos - Parcela "A"							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.682)	-	(1.682)	(1.578)	-	(1.578)
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR		(4.383)	-	(4.383)	(4.217)	-	(4.217)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(701)	-	(701)	(675)	-	(675)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		164.939	(21.014)	143.925	157.350	1.791	159.141
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		164.939	(21.014)	143.925	157.350	1.791	159.141
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"							
Pessoal e Administradores	11	(9.296)	-	(9.296)	(9.795)	-	(9.795)
Material		(693)	-	(693)	(563)	-	(563)
Serviços de Terceiros		(7.781)	-	(7.781)	(7.769)	-	(7.769)
Arrendamento e Aluguéis		(572)	-	(572)	(560)	-	(560)
Seguros		(104)	-	(104)	(106)	-	(106)
Doações, Contribuições e Subvenções		(968)	-	(968)	(790)	-	(790)
(-) Recuperação de Despesas		-	-	-	-	-	-
Tributos		(95)	-	(95)	(91)	-	(91)
Depreciação e Amortização		(13.886)	13.882	(4)	(13.930)	13.891	(39)
Outras Receitas Operacionais		-	-	-	40	-	40
Outras Despesas Operacionais		(25)	-	(25)	(20)	-	(20)
Custo de Implantação de Infraestrutura		-	(781)	(781)	-	(752)	(752)
Resultado da Atividade		131.519	(7.913)	123.606	123.766	14.930	138.696
Equivalência Patrimonial							
Resultado Financeiro							
Despesas Financeiras		(19.195)	-	(19.195)	(29.485)	-	(29.485)
Receitas Financeiras		2.337	-	2.337	2.972	-	2.972
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		114.661	(7.913)	106.748	97.253	14.930	112.183
Despesa com Impostos sobre o Lucro	12	(8.419)	(7.070)	(15.489)	(5.831)	24.591	(30.422)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade	,	106.242	(14.983)	91.259	91.422	39.521	81.761
Resultado Líquido do Exercício							
Atribuível Aos:							
Acionistas Controladores		106.242	(14.983)	91.259	91.422	39.521	81.761
Lucro Por Ação							
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		536,575758		460,904040	461,727273		412,934343
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		536,575758		460,904040	461,727273		412,934343
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade							
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		536,575758		460,904040	461,727273		412,934343
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		536,575758		460,904040	461,727273		412,934343

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

14.1 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro.

14.1.1 No modelo de ativo financeiro as receitas são segregadas da seguinte forma:

14.1.1.1 Receita de implantação de infraestrutura

A Companhia abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) registra a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase.

14.1.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

14.1.1.3 Receitas de operação e manutenção

Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir e os respectivos custos.

14.1.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 – Contratos de Concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

14.2 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	427.367	400.415
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(290.805)	(292.785)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	72.502	59.499
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u>209.064</u>	<u>167.129</u>

14.3 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	91.259	81.761
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	7.913	(14.930)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	7.070	24.591
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	<u>106.242</u>	<u>91.422</u>

* * * * *

Eduardo Albuquerque de Figueiredo
Diretor Financeiro

Márcio Augusto B. Fontan
Diretor técnico

Ana Caroline da S. Galvão
Contadora - CRC/PE 019527-O-6